



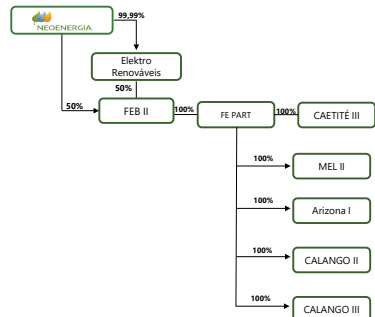
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO | 2022

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados,
Ao apresentar os resultados de 2022, a Força Eólica do Brasil 2 S.A. reafirma seus princípios de sustentabilidade corporativa, sempre na busca do equilíbrio entre prosperidade econômica, responsabilidade ambiental e progresso social, com base em uma gestão eficiente, íntegra e ética. Vamos em busca de novas conquistas em 2023, com a certeza de contribuir para o desenvolvimento do Brasil.

1. FORÇA EÓLICA DO BRASIL 2

A Força Eólica do Brasil 2 S.A. (FEB 2) atua no segmento de geração de energia eólica, e é controladora direta da Força Eólica Participações S.A., uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) que controla mais 5 Parques Eólicos: Calango 2, Calango 3, Caetité 3, Arizona 1 e Mel 2. Os 5 Parques Eólicos foram adquiridos no 2º Leilão de Fontes Alternativas promovido em 26 de agosto de 2010 pela Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel



2. DESEMPENHO OPERACIONAL

Os Parques Eólicos controlados por FEB 2 têm capacidade total instalada de 138MW, um total de 59,3MW médios comercializados, e estão localizados na Região Nordeste, sendo Calango 2, Calango 3, Arizona 1 e Mel 2, situados no Rio Grande do Norte (RN) e Caetité 3, na Bahia (BA). Em 2011, os 5 Parques assinaram seus contratos comerciais de venda de energia por meio de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), com 14 Distribuidoras de Energia Elétrica.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora		
	Nota	2022	2021	2022	2021
Receita operacional líquida	3	108.887	128.081	44	-
Custos dos serviços		(47.964)	(51.843)	(37)	-
Custos com energia elétrica	4	(8.750)	(11.571)	-	-
Custos de operação	5	(39.214)	(40.272)	(37)	-
Lucro bruto		60.923	76.238	7	-
Perda de crédito esperadas	9.1	(2)	95	-	-
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	5	(3.845)	(1.761)	(1.723)	(1.071)
Equivalência Patrimonial	11	-	-	42.432	54.851
Lucro operacional		57.076	74.572	40.716	53.780
Resultado financeiro	6	(4.635)	(14.321)	1.585	188
Receitas financeiras		17.511	5.604	1.255	134
Despesas financeiras		(22.474)	(19.940)	(9)	(4)
Outros resultados financeiros, líquidos		328	15	339	58
Lucro antes dos tributos		52.441	60.251	42.301	53.968
Tributos sobre o lucro	7	(10.325)	(6.295)	(185)	(12)
Corrente		(10.325)	(6.295)	(185)	(12)
Lucro líquido do exercício		42.116	53.956	42.116	53.956

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
Lucro líquido do exercício	42.116	53.956	42.116	53.956
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido dos tributos	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	42.116	53.956	42.116	53.956

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
Saldo em 31 de dezembro de 2021	236.960	12.913	-	-
Resultado abrangente do exercício:				
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-
Transações com os sócios:				
Remuneração aos acionistas (nota 16.2)	-	-	-	-
Destinação do lucro líquido:				
Remuneração aos acionistas (nota 16.2)	-	-	-	-
Constituição de reservas de lucros (nota 16.3)	-	2.106	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	236.960	15.019	1.844	32.872
Saldo em 31 de dezembro de 2020	236.960	10.215	32.872	-
Resultado abrangente do exercício:				
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-
Destinação do lucro líquido:				
Remuneração aos acionistas (nota 16.2)	-	-	-	-
Constituição de reservas de lucros (nota 16.3)	-	2.698	1.844	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	236.960	12.913	1.844	32.872

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Força Eólica do Brasil 2 S.A. (FEB 2) atua no segmento de geração de energia eólica, e é controladora direta da Força Eólica Participações S.A., uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) que controla mais 5 Parques Eólicos: Calango 2, Calango 3, Caetité 3, Arizona 1 e Mel 2. Os 5 Parques Eólicos foram adquiridos no 2º Leilão de Fontes Alternativas promovido em 26 de agosto de 2010 pela Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel. Em 11 de junho de 2014 foi aprovada a cisão parcial da Força Eólica do Brasil S.A., onde a FEB 2 recebeu o investimento na FE Participações S.A. Em 2011, os 5 Parques assinaram seus contratos comerciais de venda de energia por meio de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), com 14 Distribuidoras de Energia Elétrica. No ano de 2013, os Parques tiveram suas obras concluídas, e neste mesmo ano, os parques eólicos Arizona 1 e Mel 2 entraram em operação comercial. Em 2014, o parque Caetité 3 entrou em operação comercial, enquanto os parques Calango 2 e Calango 3 ficaram "Aptos a Operação Comercial", aguardando disponibilização da transmissão. No final do ano de 2015, a subestação Lagoa Nova II da CHESF teve suas obras encerradas e então, no dia 31 de dezembro de 2015 foi emitido o despacho ANEEL de operação em teste (nº 4.164) para as usinas de Calango 1, Calango 2, Calango 3, Calango 4 e Calango 5, condicionando a entrada em operação comercial destas em até 30 dias após a sua publicação. Em sequência, em 30 de janeiro de 2016, os parques Calango 1, Calango 2, Calango 3, Calango 4 e Calango 5 receberam os despachos de operação comercial. As informações sobre os empreendimentos da Companhia são os seguintes:

Parque Eólico	Localidade	Capacidade Instalada (MW)	Energia Assegurada (MW/med)	Data da Concessão Autorização	Data de Vencimento
Calango 2	Lagoa Nova – RN	30,0	12,8	09/05/2011	08/05/2046
Calango 3	Lagoa Nova – RN	30,0	13,9	30/05/2011	29/05/2046
Mel 2	Areia Branca – RN	20,0	8,8	28/02/2011	27/02/2046
Arizona 1	Rio do Fogo – RN	28,0	12,9	04/03/2011	03/03/2046
Caetité 3	Caetité – BA	30,0	11,2	24/02/2011	23/02/2046

A Companhia vem apresentando constantemente fluxos de caixa positivos gerados por suas atividades operacionais, entretanto em 31 de dezembro de 2022 apresentou capital circulante líquido ("CCL") consolidado negativo de R\$ 2.666 (R\$ 28.300 em 31 de dezembro de 2021). A Companhia prevê que continuará a gerar fluxos de caixa operacionais suficientes para equalizar o CCL consolidado negativo a médio prazo. Caso necessário, os acionistas se comprometem a realizar aportes financeiros para que a Companhia cumpra com suas obrigações. 1.1 **Gestão de riscos financeiros e operacionais:** A Política de Riscos Financeiros se aplica a todos os negócios que integram o Grupo Neoenergia, dentro dos limites previstos aplicáveis às atividades reguladas que geram exposição a riscos financeiros, devendo ser reproduzida por suas controladas, observando seus respectivos estatutos sociais e a legislação aplicável. Estão incluídas diretrizes e limites específicos para gerenciamento de risco cambial e de commodities, risco de taxas de juros e índices de preços, risco liquidez e risco solvência, assim como a utilização de instrumentos derivativos para fins protecionais, cuja utilização para fins especulativos é expressamente proibida. A Política de Risco Operacional em Transações de Mercado estabelece o controle e gestão dos riscos nas transações de longo e curto prazo de gestão de energia e tesouraria. 1.1.1 **Gestão de riscos financeiros: Considerações gerais e políticas internas:** A Política de Gestão de Risco do Grupo Neoenergia foi aprovada pelo Conselho de Administração e define os princípios, diretrizes e estrutura para gestão de riscos do Grupo Neoenergia, incluindo, mas não se limitando, a gestão dos riscos operacionais e financeiros, com destaque para os riscos de mercado e crédito. Este sistema de gerenciamento de riscos está aderente ao modelo do atual acionista controlador e sua política global

No ano de 2013, os Parques tiveram suas obras concluídas, e neste mesmo ano, os parques eólicos Arizona 1 e Mel 2 entraram em operação comercial. Em 2014, o parque Caetité 3 entrou em operação comercial, enquanto os parques Calango 2 e Calango 3 ficaram "Aptos a Operação Comercial", aguardando disponibilização da transmissão.

No final do ano de 2015, a subestação Lagoa Nova II da CHESF teve suas obras encerradas e então, no dia 31 de dezembro de 2015 foi emitido o despacho ANEEL de operação em teste (nº 4.164) para as usinas de Calango 1, Calango 2, Calango 3, Calango 4 e Calango 5, condicionando a entrada em operação comercial destas em até 30 dias após a sua publicação. Em sequência, em 30 de janeiro de 2016, os parques Calango 1, Calango 2, Calango 3, Calango 4 e Calango 5 receberam os despachos de operação comercial.

3. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Resultados Econômico-Financeiros R\$ mil (1)	2022	2021	Variação %
Receita Operacional Bruta	48	-	-
Receita Operacional Líquida	44	-	-
Margem Operacional Líquida	7	-	-
EBITDA	41.057	53.780	(23,66)
Resultado Financeiro	1.585	188	743,09
Lucro Líquido	42.116	53.956	(21,94)
Margem Operacional (%)	15,91%	N/A	N/A
Margem EBITDA (%)	93311,36%	N/A	N/A
Margem Líquida (%)	95718,18%	N/A	N/A

(1) Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida

Informações Patrimoniais R\$ mil (2)	dez/22	dez/21	Variação %
Ativo Total	327.908	343.907	(4,65)
Patrimônio Líquido	316.703	321.188	(1,40)

(2) Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida

Indicadores Financeiros de Dívida	dez/22	dez/21	Variação %
EBITDA/Resultado Financeiro(3)	25,90	286,06	(90,94)

(4) EBITDA e Resultado Financeiro dos últimos 12 meses

Atendendo a Resolução CVM nº 156/22 demonstramos no quadro abaixo a conciliação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização,

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais	42.116	53.956	42.116	53.956
Lucro líquido do exercício	42.116	53.956	42.116	53.956
Ajustado por:				
Depreciação e amortização	20.537	22.258	341	-
Baixa de ativos não circulantes	-	979	-	-
Equivalência patrimonial	-	-	(42.432)	(54.851)
Tributos sobre o lucro	10.325	6.295	185	12
Resultado financeiro, líquido	4.635	14.321	(1.585)	(188)
Alterações no capital de giro:				
Contas a receber de clientes e outros	(770)	23.990	-	-
Fornecedores e contas pagar a empreiteiros	6.023	(6.375)	126	(4.953)
Outros tributos a recuperar (recolher) e encargos setoriais, líquidos	(2.810)	(367)	369	45
Provisões, liquidas dos depósitos judiciais	17.823	(4.057)	61	(6)
Outros ativos e passivos, líquidos	(9.110)	168	381	(2.638)
Caixa líquidos proveniente das operações	88.769	111.168	(438)	(8.623)
Dividendos recebidos	-	-	78.884	10.553
Encargos de dívidas pagas	(17.338)	(16.708)	-	-
Rendimento de aplicação financeira	17.297	5.366	1.329	140
Pagamento de juros – arrendamentos	(1.260)	(851)	-	-
Tributos sobre o lucro pagos	(8.234)	(4.653)	(185)	(12)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	79.234	94.322	79.590	2.058
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de imobilizado e intangível	(6.921)	(6.436)	-	(1.560)
Aplicação de títulos e valores mobiliários	(121.145)	(69.502)	-	-
Resgate de títulos e valores mobiliários	161.670	11.271	-	-
Caixa gerado (consumido) nas atividades de investimentos	33.604	(64.667)	-	(1.560)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Pagamento de principal dos empréstimos e financiamentos	(28.249)	(28.174)	-	-
Depósitos em garantias	(71)	124	-	-
Pagamento de principal – arrendamentos	(138)	(80)	-	-
Dividendos pagos	(58.278)	(10.567)	(58.277)	(10.567)
Caixa consumido nas atividades de financiamentos	(86.736)	(38.697)	(58.277)	(10.567)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa no exercício	26.102	(9.042)	21.313	(10.069)
Caixa e equivalentes no início do exercício	27.623	36.665	1.441	11.510
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	53.725	27.623	22.754	1.441
Transações que não envolveram caixa:				
Provisão para desmantelamento	593	3.876	-	-
Provisão ambiental	2.824	-	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LAJIDA) e, complementamos que os cálculos apresentados estão alinhados com os critérios dessa mesma Resolução:

Conciliação EBITDA R\$ mil (1)	2022	2021	Variação (R\$)	Variação (%)
Lucro líquido	42.116	53.956	(11.840)	(21,94)
Receitas financeiras	1.225	134	1.121	836,57
Despesas financeiras	(9)	(4)	(5)	125,00
Outros resultados financeiros, líquidos	339	58	281	484,48
Imposto de renda	(185)	(12)	(173)	1.441,67
Depreciação	(341)	-	(341)	-
EBITDA	41.057	53.780	(12.723)	(23,66)

(1) Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida

4. ENDIVIDAMENTO

A Companhia não possui compromissos de dívida com terceiros ou capital de giro a financiar.

5. AUDITORES INDEPENDENTES

A Companhia, em conformidade com a Instrução CVM nº 162, de 14 de julho de 2022, declara que mantém contrato com a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes (Deloitte), firmado em 30/12/2021, com vigência de 60 (sessenta) meses. Em 2022, a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes prestou serviços de auditoria pelo montante R\$ 11.911,20 referentes à auditoria das demonstrações financeiras.

A política de atuação da Companhia quanto à contratação de serviços de auditoria externa se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

DISCLAIMER

Este documento foi preparado pela Força Eólica do Brasil 2 S.A. ("FEB 2"), visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade da FEB 2 e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita da FEB 2. A informação contida neste documento reflete as atuais condições e nosso ponto de vista até esta data, estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções da FEB 2 sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes daquelas aqui discutidas e antecipadas, não podendo a Companhia garantir a sua realização. Todas as informações relevantes, ocorridas no exercício e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e na Informação Contábil Anual.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2022	2021	2022	2021
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	8	53.725	27.623	22.754	1.441
Contas a receber de clientes e outros	9	13.261	12.491	-	-
Tributos sobre o lucro a recuperar		749	3.184	-	2.503
Outros tributos a recuperar		817	819	490	490
Dividendos	11	-	-	10.078	18.979
Estoques		1.640	1.682	1.639	1.681
Outros ativos circulantes		1.310	2.002	21	23
Total do circulante		71.502	47.801	34.982	25.117
Não circulante					
Títulos e valores mobiliários	10	90.925	119.068	-	-
Tributos sobre o lucro a recuperar		2.095	-	2.095	-
Depósitos judiciais	15	5.122	4.354	12	79
Outros ativos não circulantes		890	3.388	-	-
Investimentos em controladas	11	-	-	278.153	305.704
Direito de uso		8.456	7.167	-	-
Imobilizado	12	424.112	436.163	12.666	13.007
Intangível		3.598	1.265	-	-
Total do não circulante		535.198	571.405		

FORÇA EÓLICA DO BRASIL 2 S.A.

CNPJ nº 12.523.923/0001-07 | Companhia Fechada | Companhia do Grupo Neoenergia S.A.

2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de preparação: As demonstrações financeiras consolidadas e individuais da Companhia ("demonstrações financeiras") foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as *International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), emitidas pelo IASB e de acordo com as práticas adotadas no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo; e (ii) perdas pela redução ao valor recuperável ("impairment") de ativos. Na preparação dessas demonstrações financeiras, as controladas são consolidadas a partir da data em que a Companhia assume o controle até a data em que o controle cessa. Todas as transações entre a Companhia e suas controladas diretas e indiretas são eliminadas integralmente. A participação da Companhia nos resultados dos investimentos em coligadas estão incluídas nas demonstrações financeiras a partir da data em que influência significativa começa, até a data em que cessa influência ou controle significativo. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração, em 16 de março de 2023. **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional da Controladora e de suas controladas é o real brasileiro (R\$), que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operação. As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação em ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para moeda funcional, utilizando a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos no resultado financeiro.

2.3 Políticas contábeis e estimativas críticas: As políticas contábeis e estimativas críticas aplicadas à estas demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas, quando relevantes. As políticas contábeis são consistentes em todos os exercícios apresentados, exceto pela implementação das novas normas, interpretação e orientações relacionadas na nota 2.5. **2.4 Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem o reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem divergir dos valores estimados. As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentados nas seguintes notas:

Nota	Estimativas e julgamentos significativos
3.2	Receita de fornecimento de energia e venda de energia na CCEE
7.1.3	Tributos sobre o lucro
9.1	Perda de créditos esperadas (PCE)
12.1	Imobilizado
15.1	Provisões

2.5 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes: Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") são os seguintes: **a) Alterações em pronunciamentos contábeis em vigor**

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IAS 37 / CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato).	01/01/2022, aplicação retrospectiva com regras específicas.
IAS 16 / CPC 27: Ativo Imobilizado	Permitir o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo.	01/01/2022, aplicação retrospectiva com regras específicas.

As alterações em Pronunciamentos que entraram em vigor em 01 de janeiro de 2022 não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras consolidadas.

b) Alteração em pronunciamentos com vigência a partir de 2022

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IAS 1 / CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras	As emendas estabelecem requisitos para classificação e divulgação de um passivo com cláusulas de covenants como circulante ou não circulante.	01/01/2024, aplicação retrospectiva.

Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Consolidado	2022	2021
Fornecimento de energia	123.978	124.653	
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	1.423	15.903	
Outras receitas	8	1.490	
Receita operacional bruta	125.409	142.046	
(-) Deduções da receita bruta (nota 3.1)	(16.522)	(13.965)	
Receita operacional líquida	108.887	128.081	

3.1 Deduções de receita bruta:

	Consolidado	2022	2021
Tributos			
Imposto sobre circulação de Mercadorias - ICMS	(11.172)	(8.656)	
PIS COFINS	(4.875)	(4.855)	
	(16.047)	(13.511)	
Encargos setoriais			
Taxa de fiscalização serviço de energia elétrica - TFSEE	(475)	(454)	
	(475)	(454)	
Total	(16.522)	(13.965)	

3.2 Política contábil e julgamento críticos: a) Política contábil: A receita é reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e podem ser mensuradas de forma confiável, que geralmente ocorre no ato da entrega do produto ou quando o serviço é prestado. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber por cada obrigação de desempenho, considerando quaisquer as estimativas de contraprestações variáveis, tais como restituições, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. A Companhia vende a energia produzida em dois ambientes: (i) no Ambiente de Contratação Livre ("ACL"), onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) no Ambiente de Contratação Regulada ("ACR"), onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores. A receita de operações de venda de energia na CCEE e transações no mercado de curto prazo estão reconhecidos pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que as transações ocorrem. O preço da energia nessas operações tem como característica o vínculo com Preço de Liquidação de Diferenças ("PLD"). b) Estimativas e julgamento crítico: Para a receita de venda de energia na CCEE, a Companhia utiliza-se da medição da Usina extraída do sistema de coleta de dados de energia da CCEE no centro de gravidade, contratos de compra e venda definidos no curto prazo além daqueles vigentes à época, valor do PLD divulgado pela CCEE. Para os meses ainda não realizados, utiliza-se previsão de medição da Usina, perda interna com base no histórico, perda da rede básica, contratos de compra e venda definidos no curto prazo além daqueles vigentes à época e valor do PLD (previsto).

4. CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA

	Consolidado	2022	2021
Compra para revenda			
Energia adquirida no ambiente de contratação livre - ACL	(1.538)	(5.631)	
Energia curto prazo - PLD e MRE	(104)	191	
Outros	(49)	(50)	
Total	(1.691)	(5.490)	

Encargos de uso dos sistemas de distribuição e transmissão

Encargos de rede básica	(4.478)	(3.859)
Encargos de conexão	(474)	(431)
Encargos de uso do sistema de distribuição	(2.107)	(1.791)
Total	(7.059)	(6.081)

Total dos custos com energia elétrica (6.750) (11.571)

5. CUSTOS DE OPERAÇÃO E RECEITAS/ DESPESAS OPERACIONAIS

	Consolidado		2022		2021	
	Outras Receitas/ Despesas	Custos gerais e de administração	Outras Receitas/ Despesas	Custos gerais e de administração	Total	Total
Pessoal	(1.905)	(1.463)	(3.368)	(1.850)	(2)	(1.852)
Serviços de terceiros (nota 5.1)	(15.327)	(1.742)	(17.069)	(14.376)	(1.472)	(15.848)
Depreciação e amortização	(20.192)	(345)	(20.537)	(22.258)		(22.258)
Provisão para processos judiciais						
Outras receitas e despesas, líquidas (1)	(1.790)	(295)	(2.085)	(1.788)	(287)	(2.075)
Total	(39.214)	(3.845)	(43.059)	(40.272)	(1.761)	(42.033)

(1) Refere-se a seguros, viagens a serviço, arrendamentos, entre outros.

5.1. Serviços de terceiros

	Consolidado	2022	2021
Serviços técnicos e Manutenções	(13.870)	(12.690)	
Serviços jurídicos	(102)	(5)	
Consultoria e auditoria	(112)	(182)	
Comunicação	(50)	-	
Vigilância	(1.665)	(1.651)	
Outros serviços	(1.270)	(1.320)	
Total	(17.069)	(15.848)	

6. RESULTADO FINANCEIRO

	Consolidado	2022	2021	Controladora	2022	2021
Receitas Financeiras						
Renda de aplicações financeiras (1)	17.297	5.366	1.329	140		
(-) Tributos sobre receita financeira	(174)	(20)	(68)	(9)		
Outras receitas financeiras	388	258	(6)	3		
	17.511	5.604	1.255	134		

Despesas Financeiras

Encargos sobre instrumentos de dívida (2)	(18.899)	(16.702)	-	-		
Outras despesas financeiras	(3.575)	(3.238)	(9)	(4)		
	(22.474)	(19.940)	(9)	(4)		

Outros resultados financeiros, líquidos

Ganhos com variações cambiais e monetárias	328	15	339	58		
	328	15	339	58		
Total	(4.635)	(14.321)	1.585	188		

(1) Aumento deve-se ao incremento de saldo de caixa no exercício, bem como a crescente alta da taxa CDI, índice de referência das alocações das aplicações financeiras; (2) Inclui a parcela variável dos juros relacionada à indexações de preço sobre dívida em moeda nacional (IPCA, ICP-M e outros) e amortização de custos de captação.

7. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO

7.1 Tributos sobre o lucro: Os tributos sobre o lucro correntes são representados pelo imposto de Renda ("IRPJ") e pela Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), e são calculados com base na alíquota de 34% sobre o lucro antes dos impostos (IRPJ) - 25% e CSLL - 9%, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, limitada a 30% do lucro real do exercício. **7.1.1 Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado:** A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos reconhecidos estão apresentados a seguir:

	Consolidado	Controladora	2022	2021	2022	2021
Tributos sobre o lucro:						
Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação - 34%	52.441	60.251	42.301	53.968		
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro:	(17.830)	(20.485)	(14.382)	(18.349)		
Resultado de participações societárias	-	-	14.427	18.649		
Diferença de presunção de base do lucro presumido	7.709	14.490	-	-		
Adições (reversões) de ativos fiscais não reconhecidos	48	20	21	8		
Outras adições (reversões) permanentes	(252)	(320)	(251)	(320)		
Tributos sobre o lucro	(10.325)	(6.295)	(185)	(12)		
Alíquota efetiva	19,69%	10,45%	0,44%	0,02%		
Corrente	(10.325)	(6.295)	(185)	(12)		

7.1.2 Política contábil e julgamentos críticos: a) Política contábil: Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. Os tributos sobre o lucro são calculados com base em alíquotas brasileiras e o seu reconhecimento é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos, e nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e quando os lançados de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro em períodos da mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável. Os tributos diferidos ativos são reconhecidos nas demonstrações financeiras baseiam-se em estudos técnicos, preparados pela Administração, que suportam a expectativa de lucros tributáveis futuros. Esses estudos levam em consideração a análise dos resultados futuros, fundamentada por projeções econômico-financeiras, elaboradas com base em premissas internas e em cenários econômicos, comerciais e tributários que podem sofrer alterações no futuro. Os tributos diferidos passivos são imediatamente reconhecidos nas demonstrações financeiras. b) Estimativas e julgamentos críticos: Julgamentos, estimativas e premissas significativas são requeridas para determinar o valor dos tributos diferidos ativos que são reconhecidos com base no tempo e nos lucros tributáveis futuros. Os tributos diferidos ativos são reconhecidos considerando premissas e fluxos de caixa projetados e podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de produção e vendas de energia, preços de energia, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) cenários macroeconômicos; e (iii) comerciais e tributários. A Companhia também aplica julgamento contábil crítico na identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações financeiras. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela companhia. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus consultores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis a legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza, de tal modo que podem surgir disputas com as autoridades fiscais em razão da interpretação das leis e regulamentos aplicáveis.

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Equivalentes de caixa são operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

	Consolidado	Controladora	2022	2021	2022	2021
Caixa e depósitos bancários à vista	10.688	8.575	64	55		
Fundos de Investimento	43.037	19.048	22.690	1.386		
Total	53.725	27.623	22.754	1.441		

As carteiras de instrumentos financeiros classificadas como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco. A remuneração média dessas carteiras em 31 de dezembro de 2022 é de 99,40% (99,30% em 31 de dezembro de 2021) do CDI. As aplicações financeiras da Companhia estão concentradas, substancialmente, nos fundos exclusivos BB Polo 28 Fundo de Investimento, Os fundos têm como política a alocação do seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco, tendo, em 31 de dezembro de 2022, 100% de sua carteira em ativos com risco do governo brasileiro e instituições bancárias de primeira linha, todos com liquidez diária.

9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

	Consolidado		2022		2021	
	Perda de créditos esperada	Contas a receber, líquidas	Perda de créditos esperada	Contas a receber, líquidas	Perda de créditos esperada	Contas a receber, líquidas
Fornecimento de energia	12.459	(8)	12.451	10.207	(6)	10.201
Comercialização de energia na CCEE	810	-	810	2.290	-	2.290
Total	13.269	(8)	13.261	12.497	(6)	12.491

O aging do contas a receber de fornecimento de energia elétrica está apresentada como segue:

	Consolidado		2022		2021	
	Perdas de créditos esperadas	Receivável	Perdas de créditos esperadas	Receivável	Perdas de créditos esperadas	Receivável
A vencer	12.459	(8)	10.144	(6)		
Saldos vencidos:	-	-	63	-		
Acima de 361 dias	-	-	63	-		
	12.459	(8)	10.207	(6)		

9.1 Variação das perdas de créditos esperadas - PCE:

	Consolidado	2022	2021
Saldo inicial do exercício	(6)	(6)	(101)
Efeito reconhecido no resultado do exercício	(2)	(95)	2025
Saldo final do exercício	(8)	(6)	(6)

9.2 Política contábil e julgamentos críticos: a) Política contábil: O contas a receber são ativos financeiros mensurados ao custos amortizado (veja nota 18.1) e são reconhecidos quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, deduzidos das perdas de crédito esperadas. A companhia reconhece perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes em montante considerado suficiente pela Administração, baseado em estimativas e julgamentos críticos. a) Estimativas e julgamento críticos: A Companhia mensura as perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de provisões baseada na experiência de perda de crédito histórica não ajustada, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou, ajustada, com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras. Os parques eólicos não possuem histórico de inadimplência e considerando as garantias oferecidas nos leilões e/ou contratos bilaterais, a exposição do risco de crédito é residual. Dada à essas características, o nível de constituição das perdas esperadas não é relevante para essa classe de recebíveis. Além disso, a CCEE controla o montante de contas a receber e respectivas inadimplências do setor, diminuindo o risco de crédito nessas operações.

10. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

A movimentação dos títulos e valores mobiliários é como segue:

	Consolidado	2022	2021
Saldo inicial	119.068	56.827	
Aplicação	121.145	69.502	
Resgate	(161.670)	(11.271)	
Rendimentos	12.382	4.010	
Saldo final	90.925	119.068	

Os títulos e valores mobiliários são compostos por aplicações em cotas de fundos de investimento, cujo montante total representa fundos de reserva que são exigidos pelo BNDES através dos contratos de financiamento, que se destinam ao pagamento de dividendos e de gastos de operação e manutenção (O&M). Os fundos de investimento possuem inúmeros títulos em suas carteiras, com vencimentos variados e adquiridos em conformidade com os respectivos regulamentos. Apresentam uma remuneração máxima equivalente a 99,52% (99,30% em 31 de dezembro de 2021) do CDI e liquidez diária.

11. INVESTIMENTOS

As variações dos investimentos em controladas são as seguintes:

	Controladora	2022	2021
Saldo inicial do exercício	305.704	265.210	
Participações societárias no resultado	42.332	54.851	
Dividendos declarados	(69.983)	(14.357)	
Saldo final do exercício	278.153	305.704	

Apresentamos a seguir a movimentação dos dividendos a receber:

	Controladora	2022	2021
Saldo inicial do exercício	18.979	15.175	
Declarados	69.983	14.357	
Recebidos	(78.884)	(10.553)	
Saldo final do exercício	10.078	18.979	

A seguir apresentamos informações sobre as controladas:

	Data-base	Ativo	Passivo	Lucro líquido do exercício				
Controladas	Participação	Patrimoniais/Resultado	Circulante	Não Circulante				
		Circulante	Circulante	Não Circulante				
FE	100%	2022	14.544	273.714	10.104	-	278.154	42.432
PARTICIPAÇÕES	100%	2021	47.394	277.308	18.998	-	305.704	54.851
CALANGO 2	100%	2022	12.084	101.006	15.328	43.207	54.555	10.874
	100%	2021	12.2					

FORÇA EÓLICA DO BRASIL 2 S.A.

CNPJ nº 12.523.923/0001-07 | Companhia Fechada | Companhia do Grupo Neoenergia S.A.

c) Depósitos judiciais: Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas e estão correlacionados a processos provisionados ou não provisionados.

	Consolidado	
	2022	2021
Processos cíveis	4.339	3.590
Processos fiscais	783	764
	5.122	4.354

d) Política contábil e julgamentos críticos: (i) Política contábil: As provisões são reconhecidas quando: (i) a companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável. Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos. Passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados. Já os ativos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável. (ii) Estimativas e julgamentos críticos: Os processos judiciais são contingentes por natureza, ou seja, serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. A ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros. **15.2 Desmantelamento:** Os cálculos são efetuados com base em estimativa do custo total de desmontagem dos parques eólicos Calango 2, Calango 3, Arizona 1, Mel 2 e Caetité 3 conforme estudo do mercado de energia eólica, levando em consideração a quantidade de MW total implantada no empreendimento. Essa estimativa é reavaliada anualmente de acordo com os fluxos de caixa estimados, que levam em consideração o custo base de restauração e desmobilização das áreas exploradas. A provisão para desmantelamento da Companhia está registrada em contrapartida ao Imobilizado. O prazo previsto para realização desta provisão é o término dos contratos de arrendamento do parque eólico. A provisão foi calculada utilizando uma taxa de desconto de 12,18% e uma inflação projetada equivalente a 3,00%. **15.3 Provisão de Ressarcimento:** A provisão para ressarcimento é reconhecida em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as perdas prováveis pela energia contratual não entregue no exercício social corrente. Esta provisão é constituída considerando os valores estimados apurados pelos especialistas baseado nos relatórios emitidos pela CCEE e relatórios internos de geração de energia da Companhia. As provisões são tempestivamente ajustadas de acordo com as novas estimativas apuradas. A realização ocorre no primeiro ano subsequente ao quadriênio, amortizado em 12 vezes conforme previsto nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR's) da Companhia.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

16.1 Capital social: O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2022 e 2021, é de R\$ 236.960, composta por 236.960.122 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e com valor nominal de R\$ 1,00 (um real), cuja composição por acionistas é a seguinte:

	Consolidado	
	ON	ON %
Neoenergia S.A.	118.480.061	50,00%
Elektro Renováveis S.A.	118.480.061	50,00%
Total de ações em circulação	236.960.122	100,0%

16.2 Remuneração aos acionistas: O Estatuto Social da Companhia determina a remuneração mínima de 25% do lucro líquido, após os ajustes de acordo com as prescrições legais do Brasil. A remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos, baseado nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia. A proposta de remuneração aos acionistas da Companhia foi calculada da seguinte forma:

	2022	2021
	Lucro líquido do exercício	42.116
Reserva legal	(2.106)	(2.698)
Reserva especial de dividendos não distribuídos	-	(1.844)
Lucro líquido a distribuir	40.010	49.414
Remuneração mínima obrigatória ⁽¹⁾	10.002	12.815
Remuneração adicional	30.008	36.599
	40.010	49.414

Natureza da remuneração
Dividendos **40.010** **49.414**
(1) Os dividendos mínimos obrigatórios têm como base o lucro líquido menos a reserva legal. Em reuniões do Conselho de Administração foram aprovadas as seguintes declarações de dividendos:

Deliberação	Natureza da remuneração	Valor por ação (R\$)	
		deliberado	ON
2022			
AGOE de 29 de abril de 2022	Dividendos mínimos obrigatórios	12.815	0,0540808575
AGOE de 29 de abril de 2022	Dividendos adicionais propostos	36.599	0,1544522282
		49.414	
2021			
AGOE de 30 de abril de 2021	Dividendos mínimos obrigatórios	10.568	0,0445982444
		10.568	

A movimentação dos saldos de dividendos a pagar é como segue:

	Controladora	
	2022	2021
Saldos no início do exercício	21.678	19.430
Dividendos:		
Declarados	46.602	12.815
Pagos no exercício	(58.278)	(10.567)
Saldos no final do exercício	10.002	21.678

16.3 Reservas de lucros: **16.3.1 Reserva legal:** Constitui uma exigência legal para retenção de 5% do lucro líquido anual apurado até o limite de 20% do capital social. A reserva só pode ser utilizada para absolver prejuízos ou para aumento de capital. **16.3.2 Reserva de retenção de lucros:** Possui como finalidade assegurar a manutenção e o desenvolvimento para as atividades principais que compõem o objeto social da Companhia, em montante não superior a 50% do lucro líquido anual distribuível até o limite máximo do capital social ou proposta de orçamento de capital da Companhia. **16.3.3 Reserva especial de dividendos não distribuídos:** Reserva destinada a registrar parcela de dividendos que deixaram de ser obrigatórios em função da incompatibilidade da distribuição com a situação financeira da Companhia, de acordo com o artigo 202 da Lei 6.606/1976. **16.4 Política contábil:** O capital social representa valores recebidos dos acionistas e também aqueles gerados pela Companhia que foram formalmente incorporados através de reservas de capital e reservas de lucros. O capital social está representado por ações ordinárias. As ações ordinárias são classificadas como instrumentos de patrimônio por não exporem a Companhia à obrigação de entregar caixa ou outros instrumentos financeiros e deixarem os detentores desses instrumentos (acionistas) expostos às variabilidades dos resultados e fluxos de caixa gerados pela Companhia.

17. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas da Companhia são acionistas e suas empresas ligadas. As principais transações comerciais com partes relacionadas reconhecidas como contas a receber e/ou contas a pagar e respectivas receitas e/ou custos/despesas estão relacionadas aos: (i) contratos de compra e venda de energia elétrica; (ii) contratos de uso do sistema de distribuição de energia ou no sistema de transmissão; (iii) contratos de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura. As informações sobre transações com partes relacionadas e os efeitos

nas demonstrações financeiras da Companhia são apresentados abaixo:

17.1 Saldo em aberto com partes relacionadas:

	Consolidado					
	2022			2021		
	Subsidi-árias da Neoenergia	Acio-nista	Total	Subsidi-árias da Neoenergia	Acio-nista	Total
Ativo						
Contas a receber e outros (b)	788	-	788	730	-	730
Outros ativos	49	-	49	-	-	-
	837	-	837	730	-	730
Passivo						
Fornecedores e contas a pagar (a)	1.089	952	2.041	430	830	1.260
Dividendos a pagar (c)	-	10.002	10.002	-	21.677	21.677
Outros Passivos	4.838	-	4.838	2.617	-	2.617
	5.927	10.954	16.881	3.047	22.507	25.554
	Controladora					
	2022			2021		
	Contro-lada	Acio-nista	Total	Contro-lada	Acio-nista	Total
Ativo						
Dividendos a receber (d)	10.078	-	10.078	18.979	-	18.979
	10.078	-	10.078	18.979	-	18.979
Passivo						
Fornecedores e contas a pagar	-	952	952	-	830	830
Dividendos a pagar (c)	-	10.002	10.002	-	21.677	21.678
	-	10.954	10.954	-	22.507	22.508

17.2 Transações com partes relacionadas

	Consolidado					
	2022			2021		
	Subsidi-árias da Neoenergia	Acio-nista	Total	Subsidi-árias da Neoenergia	Acio-nista	Total
Resultado do período						
Receita operacional líquida (a) / (b)	9.136	-	9.136	10.721	-	10.721
Custos dos serviços (a)	(5.677)	-	(5.677)	(7.267)	-	(7.267)
Despesas gerais e administrativas	(1.463)	(952)	(2.415)	-	(830)	(830)
	1.996	(952)	1.044	3.454	(830)	2.624
	Controladora					
	2022			2021		
	Subsidi-árias da Neoenergia	Acionista	Total	Acionista	Total	
Resultado do período						
Receita operacional líquida	48	-	48	-	-	-
Despesas gerais e administrativas	-	(952)	(952)	(830)	(830)	-
	48	(952)	(904)	(830)	(830)	

17.3 Principais transações com partes relacionadas:

Item	Empresa relacionada	Tipo de transação	Índice de correção / remuneração contratual		Venci-mento	Ativo / (Passivo)	Resulta-do do exercício
			Prazo				
a)	NC Energia	Compra e venda de energia elétrica	IPCA	10 anos	2033	(710)	(1.716)
b)	Neoenergia Coelba e Neoenergia Pernambuco	Venda de energia elétrica	IGPM	Entre 9 e 11 anos	Entre 2031 e 2034	788	8.894
c)	Neoenergia e Elektro Renováveis	Dividendos a pagar	-	N/A	2023	(10.002)	-
d)	Força Eólica Participações	Dividendos a receber	-	N/A	2023	10.078	-

17.4 Remuneração da administração (Pessoal-chave): Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não houve remuneração dos administradores da Companhia.

18. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

18.1 Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros: A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com o seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

	Consolidado			
	2022	2021	2022	2021
	CA	VJR	CA	VJR
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	10.688	43.037	8.575	19.048
Títulos e valores mobiliários	-	90.925	-	119.068
Contas a receber de clientes e outros	13.269	-	12.497	-
	23.957	133.962	21.072	138.116
Passivos financeiros				
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros	12.867	-	6.844	-
Empréstimos e financiamentos	192.782	-	219.541	-
Passivo de arrendamento	9.508	-	7.877	-
Outros passivos financeiros	1.180	-	1.015	-
	216.337	-	235.277	-

CA – Custo amortizado
VJR – Valor justo por meio do resultado

18.2 Estimativa do valor justo: Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir: **Nível 1** – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração; **Nível 2** – Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e **Nível 3** – Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido. A análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada na nota 18.7. (análise de sensibilidade). **18.3 Instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo ("VJR"):** O nível de mensuração dos ativos e passivos financeiros reconhecidos pelo valor justo estão demonstrados como segue:

	Consolidado			
	Nível 2	Total	Nível 2	Total
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	43.036	43.036	19.049	19.049
Títulos e valores mobiliários	90.925	90.925	119.068	119.068
	133.961	133.961	138.117	138.117
Passivos financeiros				
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros	12.867	-	6.844	-
Empréstimos e financiamentos	192.782	-	219.541	-
Passivo de arrendamento	9.508	-	7.877	-
Outros passivos financeiros	1.180	-	1.015	-
	216.337	-	235.277	-

Não houve transferência de instrumentos financeiros entre os níveis de mensuração de valor justo. **18.4 Instrumentos financeiros reconhecidos pelo custo amortizado ("CA"):** Instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, em virtude de longo prazo para

realização, podem possuir o valor justo diferente do saldo contábil. Abaixo demonstramos o valor justo dos ativos e passivos financeiros reconhecidos a custo amortizado.

	Consolidado			
	2022		2021	
	Saldo contábil	Estimativa de valor justo - Nível 2	Saldo contábil	Estimativa de valor justo - Nível 2
Empréstimos e financiamentos	192.782	192.782	219.541	219.541

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores são iguais aos montantes mensurados ao custo amortizado (saldo contábil).

18.5 Política contábil: A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros que são reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados, de acordo com as seguintes categorias: **(i) Ativos financeiros:** Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue: • Custo amortizado (CA): ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais; e • Valor justo por meio do resultado (VJR): todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos mensurados pelo CA estão suscetíveis ao reconhecimento das perdas de créditos esperados. De modo geral, as perdas de crédito esperadas dos instrumentos financeiros oriundos das operações da Companhia (ex: Contas a receber) são mensurados pelo método simplificado, a partir de uma matriz de provisão que a pondera as características dos instrumentos, idade do título, históricos de perdas e expectativa de perdas futuras. **(ii) Passivo financeiro:** Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação. **18.6 Métodos e técnicas de avaliação:** **(i) Empréstimos e financiamentos:** O valor justo dos empréstimos e financiamentos classificados no nível 2 são baseados na abordagem de Receita ou na abordagem de Mercado. **18.7 Análise de sensibilidade:** A análise de sensibilidade estima respectivas exposições objetos de proteção, em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado ao qual estão expostos, mantendo-se todas as demais variáveis constantes. - Cenário Provável: Foram projetados os encargos e rendimentos para o exercício seguinte, considerando os saldos, as taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes no mercado em 31 de dezembro de 2022. - Cenário II: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 15% nas variáveis de risco associadas. - Cenário III: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 30% nas variáveis de risco associadas. A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexa-dor	Risco	Taxa no exercício	Exposição (Saldo/ Nocial)	Cenário Prová-vel	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
ATIVOS FINANCEIROS							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	13,65%	145.724	19.950	(2.992)	(5.985)
PASSIVOS FINANCEIROS							
Empréstimos e Financiamentos e Divida em TJLP	TJLP	Alta da TJLP	7,37%	(204.544)	(19.490)	(2.260)	(4.522)

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Xabier Viteri - Presidente

Solange Maria Pinto Ribeiro

Laura Cristina da Fonseca Porto

Juliano Pansanato de Souza

DIRETORIA EXECUTIVA

Laura Cristina da Fonseca Porto - Diretora Presidente

Leandro Adzgauskas Montanher - Diretor

Rodolfo Fernandes da Rocha - Diretor

Mariane Carvalho Medeiros - Diretor

Rachel Alves Pascale - CRC-RJ-115915/O-3

Luciana Maximino Maia

Diretora de Contabilidade

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Força Eólica do Brasil 2 S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 12.523.923/0001-07 ("Companhia"), tendo examinado as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social de 2022, compreendendo o relatório da administração, o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, e complementadas por notas explicativas, bem como a proposta de destinação de lucro, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e pelo contador da Companhia e considerando, ainda, o relatório dos auditores independentes Deloitte, aprovou os referidos documentos e propõe sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

Rio de Janeiro, 16 de março de 2023.

Xabier Viteri - Presidente do Conselho

Solange Maria Pinto Ribeiro - Conselheiro

Laura Cristina da Fonseca Porto - Conselheiro

Juliano Pansanato de Souza - Conselheiro

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O Diretor Presidente e os demais Diretores da Companhia Força Eólica do Brasil 2 S.A., sociedade por ações, de capital fechado, com sede na Praia do Flamengo, 78, 1º andar, Flamengo, Rio de Janeiro-RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.523.923/0001-07, declaram que: (I) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da Deloitte Touche Tohmatsu relativamente às demonstrações financeiras da Força Eólica do Brasil 2 S.A. e suas demonstrações financeiras em 31.12.2022; e (II) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Força Eólica do Brasil 2 S.A. relativas ao exercício social findo em 31.12.2022.

Rio de Janeiro, 16 de março de 2023.

Laura Cristina da Fonseca Porto

Diretora Presidente - Leandro Adzgauskas Montanher

Rodolfo Fernandes da Rocha

Mariane Carvalho Medeiros

Diretores

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS